

Projeto Temático

Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle

fluxo penalização a céu aberto

Relatório 2012

Esse terceiro ano de pesquisa seguiu a distribuição em dois movimentos das atividades de levantamento e sistematização do material de pesquisa estabelecida em relatório anterior, orientaram as atividades e a apresentação de resultados do *Fluxo Penalização a Céu Aberto* (FPCA): de um lado, a situação das resistências na sociedade de controle com atenção aos anarquismos e à produção de novas institucionalidades; de outro lado, a expansão das tecnologias de governo como componentes da produção das cidades como *campos de concentração a céu aberto*.

Os resultados, apresentados em relatório do ano passado, convergiram a partir da caracterização, nos dois movimentos, de uma busca e uma produção de *dignidade*, como maneira de responder às indignações. Neste ano, articulam-se em torno da produção de seguranças, expressando, para isso, uma capacidade plástica tanto das tecnologias de governo, quanto das resistências em suas metamorfoses, capturas e simulacros. Quanto aos protestos e marchas encontrou-se um refluxo nas manifestações espetaculares, mas, ao mesmo tempo, um adensamento da produção teórica em torno das chamadas lutas anti-sistêmicas ou política radical. Seguiu-se à expansão da atuação via internet

como forma de pressão e atuação política. Em relação aos anarquismos, a produção do que se nomeia como pós-anarquismo não apresentou significativas alterações, havendo atualização bibliográfica e acompanhamento remoto de atividades. No entanto, o pesquisador principal do PTE esteve em congresso internacional, realizado em Lisboa, apresentando um denso e extenso material acerca da produção e formação de arquivos e pesquisas na universidade sobre os anarquismos no Brasil, desde a chamada abertura política pós-ditadura civil-militar¹ (Ver site ecopolítica Documentos Especiais – Anarquismos na Internet²).

No que se refere à produção das tecnologias de governo³ como componentes das cidades como *campos de concentração a céu aberto* (Passetti, 2003 e 2007), seguiu-se o projetado no ano anterior, com especial atenção ao Brasil e à América Latina, tomando como referência as recomendações da ONU. Nesse sentido, cumpriram-se os levantamentos acerca das relações entre *cidades sustentáveis* e *cidades resilientes*, expandiu-se os levantamentos sobre os investimentos em negócios sociais, tecnologias sociais ou, como chama a UNESCO e o PNUD, *inclusive business*. Esses resultados indicaram a pertinência

¹http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=767:encontro-internacional-proyecto-mosca-28-jan-15h00&catid=163:2013&Itemid=796 (Consultado em 12/3/2013)

² Em http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/docs_especiais/anarquismo.html consultado em 12/11/2012)

³ O termo tecnologia de governo, sempre que utilizado nesse relatório, refere-se às observações metodológicas deixadas por Michel Foucault em seus cursos como *Em defesa da sociedade* (2002), *Segurança, território, população* (2008a) e *Nascimento da Biopolítica* (2008b). A tecnologia de governo, aqui, seria a delimitação de uma racionalidade específica em torno dos problemas relativos aos *campos de concentração a céu aberto*. O que implica não a busca de mentiras ou ideologias que camuflam o exercício de poder (Foucault, 2002: 294-298), tampouco traçar um desenvolvimento da racionalidade ou uso da razão. “Primeiro, porque o campo a ser trabalhado não tem nada a ver com a culpa ou a inocência. Segundo, porque não tem sentido referir-se à razão como entidade contrária à não-razão. Por último, porque tal julgamento nos condenaria a representar o papel arbitrário e enfadonho do racionalista ou do irracionalista” (Foucault, 1995: 233).

das iniciais recomendações analíticas e metodológicas do PTE e do FTPCA, em especial as que ligam a configuração dos *campos de concentração a céu aberto* a uma racionalidade neoliberal e à teoria do capital humano, tendo nas penalizações o elemento distribuidor e regulador das relações na conformação de uma *vida política*, como veremos adiante. Assim, duas indicações, retiradas do curso *Nascimento da biopolítica* (2008b), são fundamentais para compreensão dos caminhos de pesquisa e sistematização traçados nesse relatório: uma relativa ao objeto e objetivo último da ação governamental, traçado por Foucault por meio da análise dos neoliberais alemães na reconstrução do pós-II Guerra Mundial; outra, de como essa proposta, inicialmente colocada pelos teóricos alemães, repercute na teoria do capital humano dos neoliberais estadunidenses da Escola de Chicago.

Em relação aos alemães, Foucault destaca a resposta dada por Röpke à pergunta quanto ao objetivo último da ação governamental: “primeiro, permitir a cada um, na medida do possível, o acesso à propriedade privada; segundo, redução dos gigantismos urbanos, substituição da política dos grandes subúrbios por uma política de cidades medianas, substituição da política e da economia dos grandes conjuntos por uma política e uma economia das casas individuais, incentivo às pequenas unidades de cultivo e criação no campo, desenvolvimento do que ele [Röpke] chama de indústrias não-proletárias, isto é, o artesanato e o pequeno comércio; terceiro, descentralização dos locais de moradia, de produção e de gestão, correção dos efeitos de especialização e de divisão do trabalho, reconstrução orgânica da sociedade a partir das comunidades naturais, das famílias e das vizinhanças; enfim, de um modo geral, organização, adequação e controle de todos os efeitos ambientais que podem ser produzidos, ou pela coabitação das pessoas, ou pelo desenvolvimento das empresas e dos centros de produção” (Foucault, 2008b: 202). Esses quatro objetivos de governo devem ser tomados pelo que se propõem: deslocar o centro das ações de governo para baixo e instituir um

programa de racionalização. Afirma-se uma instigante interpretação da perspectiva de uma analítica política, na qual “podemos entender tudo isso como uma espécie de retorno mais ou menos rousseauniano à natureza, algo como o que, aliás, Rüstow chamava, com uma palavra bastante ambígua, de ‘Vitalpolitik’, política da vida” (Idem: Ibidem).

Essa caracterização de uma racionalidade específica derivada da crítica neoliberal à política e à crítica da economia política clássica, não apenas orientou e guiou as pesquisas e sistematizações do FTPCA, como também encontrará convergência com muitas das políticas apresentadas na descrição do material pesquisado: os programas — de governos e Institutos, ONGs e OSCIPS — voltados para segurança, negócios sociais e cidades sustentáveis e resilientes. No entanto, não se trata de simples verificação de coincidências entre o que seria o teórico e o empírico, mas de pertinência analítica do funcionamento da tecnologia de governo. Nesse sentido, não se encontrará a descrição dessa “política da vida”, mas práticas que possuem uma certa relação com as formulações teóricas dos alemães no pós-II Guerra Mundial e suas metamorfoses na forma de *ecopolítica*. Para isso, as repercussões dessa teoria alemã nas formulações do neoliberalismo estadunidense fazem avançar as análises do FTPCA, pois nelas não se trata apenas de uma intervenção racional no espaço social, como visto acima, para produção de um quadro que favorece as ações de governo, mas da produção de um determinado sujeito, segundo uma racionalidade formulada no interior da teoria do capital humano, dispensando-se da necessidade de formulação de um determinado programa e buscando as implicações políticas e econômicas dos sujeitos na condução de suas próprias vidas, como pais, cidadãos, trabalhadores, consumidores. Se para os alemães estava em jogo uma tarefa de governo como organizadora da sociedade por ela mesma, para os neoliberais estadunidenses, em especial Becker e Shultz, se trata de uma determinada maneira de fazer e imaginar, que funda um princípio de inteligibilidade econômica do indivíduo no governo da

própria vida em relação aos outros, o que inclui desde cuidados médicos aos cuidados com a educação, atividade produtiva e o entorno social. Como afirma Foucault, “a generalização da forma econômica do mercado no neoliberalismo americano, além das próprias trocas monetárias, funciona como princípio de inteligibilidade, princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais” (Foucault, 2008b: 334).

A busca por meio desse princípio de inteligibilidade, centrado no indivíduo, orienta as formulações e repercussões apresentadas aqui em torno dos investimentos sociais na produção do empreendedor de si. Indiciam, também, a pertinência dos levantamentos que conectam os fluxos de investimentos políticos que atravessam delimitações territoriais e procuram seguir os fluxos planetários pertinentes, de forma simultânea, aos protestos de jovens, aos negócios sociais e às preocupações com as regiões periféricas das cidades. Essa dimensão, derivada da teoria do capital humano, indicou o deslocamento que ao final do relatório, afirma o funcionamento de uma *polícia da vida*, pertinente à ecopolítica, e não à uma política da vida, como aparece para os alemães. Se as penalizações operam o princípio regulador e distribuidor na tecnologia de governo nos *campos de concentração a céu aberto*, os cuidados vários dão forma ao arco de governo traçado pelos próprios governados. E última referência, talvez um pouco longa, às análises de Foucault acerca do neoliberalismo estadunidense pode esclarecer os caminhos metodológicos do que será apresentado a seguir como uma tecnologia de governo pertinente à ecopolítica. “Na análise que eles [Becker e Shultz] fazem do capital humano (...), os neoliberais procuram explicar, por exemplo, como a relação mãe e filho, pela qualidade dos cuidados que ela dedica, pelo afeto de que ela dá prova, pela vigilância com que acompanha seu desenvolvimento, sua educação, seus progressos, não apenas escolares mas físicos, pela maneira como ela não só o alimenta, **mas como ela estiliza** a alimentação e a relação alimentar que tem como ele — tudo isso constitui, para o neoliberais, um investimento, um

investimento mensurável em tempo, um investimento que vai construir o quê? Capital humano, o capital humano da criança, capital esse que produzirá renda. Essa renda será o quê? O salário da criança quando ela se tornar adulta. E, para a mãe, que investiu, qual renda? Bem, dizem os neoliberais, uma renda psíquica. Haverá a satisfação que a mãe tem de cuidar do filho e de ver que seus cuidados tiveram sucesso. Pode-se portanto analisar em termos de investimento, de custo de capital, de benefício do capital investido, de benefício econômico e de benefício psicológico, toda essa relação que podemos chamar, se vocês quiserem, de relação formativa ou relação educacional, no sentido bem amplo do termo, entre mãe e filho” (Idem: 334-335, grifos meus).

Quanto aos cuidados médicos em relação com as políticas urbanas de segurança, foi realizado levantamento acerca do programa do governo federal, *Crack, é possível vencê-lo* (Ver Área Restrita – Relatórios específicos), em complemento ao levantamento apresentado anteriormente sobre o programa *Consultório de Rua*, voltado à contenção de transtornos relacionados ao uso de psicoativos estimulantes e álcool, em especial do derivado da cocaína conhecido como *Crack* ou *Pedra*. No desdobramento da produção de capturas e assujeitamentos, há um acréscimo de especial atenção em torno de programas culturais e equipamentos de inclusão de Estado que realizam uma amalgama entre política econômica, social e de segurança. Essa amalgama liga governos, ONGs e outros setores da chamada sociedade civil organizada, governando e distribuindo, assimetricamente, as relações e funcionalidades de elites principais e *secundárias* (Passetti, 2007). A campanha e processo eleitoral para a prefeitura de São Paulo apresentaram resultados significativos dessa relação já esboçada em análises anteriores do PTE. Nesse sentido, tanto programas geridos pelo poder público (em especial, governos estaduais e prefeituras), quanto programas geridos por ONGs e OSCIPS, convergem em direção aos investimentos culturais que realizam possibilidade de geração de renda, inclusão diferenciada e acesso a serviços, produção de uma sensação de

segurança e expansão de mercado consumidor. O alvo privilegiado são as favelas-comunidades e áreas identificadas como degradadas nos grandes centros dos aglomerados urbanos, com especial caracterização da situação de vulnerabilidade. O papel das recomendações oriundas de instâncias da ONU, como UNESCO e PNUD, é observado pelas características dos programas, mas também pelo trânsito de dupla mão entre pequenos projetos e programas planetários que, em geral, são estimulados, subsidiados e co-geridos por grandes institutos que produzem dados e recomendações, como o *Instituto Pólis, Nossa São Paulo e Rio, como vamos?*. Em relação a esse ponto do levantamento, também produziu-se, junto aos estudantes que desenvolvem Iniciação Científica no interior do projeto, uma breve revisão bibliográfica acerca dos estudos em sociologia urbana sobre os nomeados, segundo a definição do IBGE: “aglomerados sub-normais” na cidade de São Paulo (Ver Área Restrita – Relatórios específicos).

Em seguida, apresenta-se os resultados segundo os sete pontos propostos ao final do relatório 2011-2012. O objetivo é descrever as atividades, registrar o material coletado, sistematizado e, eventualmente, publicado. Por fim, indicar alguns percursos analíticos do FPCA, segundo referências expostas nessa breve apresentação.

Os estudos sobre os protestos, iniciados em 2011, seguiram os desdobramentos propostos em ano anterior. Uma produção bibliográfica volumosa, em diversas línguas, seguiu o arrefecimento dos protestos. Além do acompanhamento nas mídias impressa, digital e televisiva, os levantamentos buscaram contemplar essa produção teórica e analítica marcando seus efeitos e pontos de inflexão. Ao final do relatório anterior o PTE já havia publicado um breve estudo, com imagens desse acontecimento, na *Revista Ecopolítica*, vol. 2,

em sua sessão *Paisagens*⁴. Nesse ano uma resenha dos livros *O ano em que sonhamos perigosamente*, de Slavoj Zizek, e *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*, de David Harvey et al., foi publicada na mesma revista⁵.

No que se refere à produção em torno desses protestos, três movimentos simultâneos e complementares foram verificados: a) a difusão de protestos menores, com temas e problemas localizados, utilizando as mesmas táticas de ocupação dos chamados *indignados*; b) a intensificação da utilização e discussão acerca dos usos de tecnologias computo-informacionais *em* e *como* ações políticas; c) a incorporação como tema de estudos desses acontecimentos em áreas das ciências humanas.

No que se refere ao primeiro desdobramento, registrou-se inúmeros simulacros de jovens acampando em praças e espaços públicos com demandas específicas, em geral na área de educação, meio ambiente e produção cultural. A *Cúpula dos Povos*, evento alternativo e paralelo à Conferência da ONU, *Rio+20*, surfou na mesma onda de protestos planetários⁶. Na cidade de São Paulo, o Vale do Anhangabaú foi espaço para o *Acampa Sampa*, versão local do *Occupy Wall Street*, que repercutiu junto aos jovens da classe média escolarizada que frequenta os bancos universitários. Como mostra a reportagem de 23 de setembro de 2012, os desdobramentos em torno das mudanças de conduta ou continuidade dos reclames *por um mundo melhor* se mostram em grupos criados a partir da experiência em 2011, como as jovens “mães do Ocupa”: garotas que ficaram grávidas durante os dias de ocupação. Segundo uma das participantes: “o nascimento de uma criança — e as responsabilidades que surgem a partir

⁴ Em http://www.pucsp.br/ecopolitica/galeria/galeria_ed2.html, consultado em 15.3.2013. Ver em Área Restrita Relatórios Específicos, Rio+20

⁵ Em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/14452/10545>, consultado em 15.3.2013.

⁶ Cf. registro analítico publicado na Revista *Ecopolítica*, vol. 3, em: http://www.pucsp.br/ecopolitica/galeria/galeria_ed3.html, consultado em 15.3.2013.

disso — não se traduz no fim da militância. 'Até porque', explica a fotógrafa Luna Amaral, 21, 'criar um pequeno ser humano é uma maneira direta de mudar o mundo'⁷. Outro desdobramento registrado pelo projeto pode ser acompanhado na própria instituição onde o PTE é desenvolvido. No final de 2012, a PUC-SP viveu uma greve ativada com a escolha de reitor pelo cardeal que não coincidiu com a votação majoritária da comunidade universitária. Em pouco tempo, os estudantes lançaram mão de eventos culturais, ocupação dos espaços da universidade com barracas e festas regulares como forma de registrar suas insatisfações. A diferença, embora apresentando semelhança nas táticas, em relação aos movimentos de *Ocupa*, esteve no fato de que os estudantes da PUC-SP tinham um objetivo político muito imediato (a deposição da reitora nomeada) e buscaram articulação com outras instâncias e setores da universidade para efetivar suas reivindicações, produzindo uma conversação que transformou a rotina e o ambiente da universidade, sem se perderem em altercações com autoridades ou opositores políticos. Lograram o impedimento de diversas reuniões do *Conselho Universitário* e ocuparam espaços de representação, antes desprezados pelo movimento estudantil.

No entanto, no que se refere a um governo das condutas revestido de governo da verdadeira sociedade, a preocupação com as *responsabilidades*, individuais e do movimento, também repercute nas ações desses jovens. Como indicado na declaração da "mãe ocupa" quanto à responsabilidade de criar um filho, a preocupação com legitimidade das ações do movimento de jovens, passa pelo reconhecimento de suas responsabilidades diante dos temas e problemas propostos, o que faz dessas ações um variado meio pelo qual de inicia uma nova forma ação política que nega contornos das formas tradicionais de soberania, representação e participação, sem romper com a própria política.

⁷ Em <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/1157901-nove-meses-apos-protesto-ocupa-sampa-vive-baby-boom.shtml>, consultado em 15/12/2012.

Funda uma alteração e uma contestação da ordem vigente e estabelece outras relações com a centralidade do comando e da lei, questionando menos as formas de organização do governo e mais as maneiras como ele é exercido. No caso dos estudantes em greve na PUC-SP, lançou-se mão de ações judiciais, pedidos de esclarecimento junto às instâncias superiores e disposição em buscar consenso com as diversas forças políticas da universidade. Reivindicou-se uma democracia de fato, diante de sua expressão como direito. A busca por dignidade, pelo que mostra de indignação como observado em relatório anterior, soma-se a uma conduta responsável pela busca de legitimidade diante do vazio demonstrado pela legalidade.

A escolha da candidata menos votada não feriu, em momento algum, o estatuto da PUC-SP. Esse jogo entre o legal e o legitimamente democrático é o que alimenta a produção de responsabilidades por/de uma democracia, que se acredita de fato (legítima) diante dos impedimentos de direito (legal). Essa distinção apareceu no próprio debate realizado na universidade. Diante da legalidade da nomeação da reitoria, busca-se a autonomia universitária como expressão de uma democracia legítima em oposição a um modelo de gestão educacional, genericamente definido como mercantilista. Esse jogo fica evidente, por exemplo, na manifestação pública de três professores do departamento de filosofia da PUC-SP, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*⁸. Essas breves indicações nos levam a estabelecer o itinerário desses protestos espetaculares planetários e suas repercussões políticas diversas como emergência de renovação das práticas de governo que responde à série indignação-praticação responsável-autonomia. Na qual uma indignação inicial em relação à forma que se exerce o governo, leva a uma participação

⁸ Carlos-Arthur Ribeiro do Nascimento; Jeanne Marie Gagnebin; Salma Muchail. "Um ataque à democracia na universidade". FSP: Tendência/Debates, em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/80545-um-ataque-a-democracia-na-universidade.shtml>, consultado em 20/12/2012.

responsável junto a uma pluralidade de forças em busca da produção de autonomia, em diversos níveis da individual à pluralidade de ações específicas.

Em relação ao uso e discussão dos meios eletrônicos, registrou-se a intensificação do uso de listas eletrônicas e provedores de petições públicas para pressão de governos e representações parlamentares. Segue-se um modelo análogo ao que no Brasil viabilizou, no legislativo, a votação e aprovação da lei conhecida como *Ficha Limpa* (Lei Complementar 135/2010), a saber, a produção de uma ação civil pública para encaminhamento ao legislativo de projeto de lei a ser votado pelos parlamentares. O principal provedor planetário dessa modalidade de mobilização é o *Avaaz, mundo em ação*⁹. Criado em 2007, seu nome significa “voz” em diversas línguas europeias, e objetiva ser um instrumento de monitoramento e pressão civil de governos em todo planeta, produzindo adesão às causas em âmbito global e articulando possibilidade jurídica de institucionalização de pautas reivindicativas. No Brasil, existe desde 2012 sob a coordenação de um ex-assessor do Ministério da Justiça, Pedro Abarmoway. Trata-se de uma via de pressão que corresponde às novas institucionalizações relacionadas aos modos de governos eletrônicos já utilizados por governos inclusive para redação de leis constitucionais, como foi o caso da Islândia em 2011¹⁰. Em uma definição simples, também funciona como medida plebiscitária, com a diferença de, em vez de ser convocada pelo

⁹ <http://www.avaaz.org/en/>, consultado em 25/01/2013.

¹⁰ Que também expande, via internet, os monitoramentos policiais diretos e indiretos com incorporação de penalizações mais eficazes. Como aparece na FSP de 5.06.2011, “Cosntituição.com”. Segundo a reportagem: “As reuniões da Assembleia Constituinte são transmitidas on-line, e os cidadãos dão opinião nas redes sociais (sobretudo Facebook) a respeito da nova Carta. O resultado dessa colaboração civil será um rascunho entregue em 29 de julho [2011] para votação no Parlamento. (...) Por exemplo, foi incluída a sugestão feita por um policial de que a Constituição torne mais fácil a recuperação de propriedades roubadas. A primeira-ministra acredita que o apoio amplo da população é essencial para uma nova Carta, ‘pois [um novo texto] significa um novo contrato social’. ‘Temos todas as razões para envolver a sociedade em todas as etapas’. O produto final desse processo, para Gylfason - que culpa a corrupção bancária e o lobby da indústria pesqueira pela quebra do país- tem de ser como uma ‘barreira contra governos incapazes’”.

governo ou pelo soberano, como ocorria no século XX, a criação de uma demanda eletrônica permite que seja, indiretamente, convocado pela chamada sociedade civil organizada. Mais uma vez anota-se um deslocamento da prática política pela intensificação de um governo de sociedade pela mudança da conduta, nesse caso especificamente eletrônica, dos governados. Anota-se, também, a incapacidade de se descolar da formalização institucional e busca da lei soberana pela pressão legislativa por meio do mesmo itinerário, indignação diante de uma ação ou decisão política, participação responsável (nesse caso eletrônica) e busca por autonomia.

De outro lado, crescem as mobilizações de grupos que combatem o controle de informações por parte de governos e grandes corporações como a *Google* e o *Facebook*. Como já indicado em relatório do ano anterior, as buscas e navegações realizadas em ambientes computo-informacionais não são apenas monitoradas e submetidas a programas de segurança, são, também, condicionadas pelas condutas eletrônicas do usuário, auferida por índices de monitoramentos, voltados inicialmente para fins publicitários. Nesse sentido, crescem movimentos que reivindicam transparência e segurança na *web* para que usuários possam ter confiança ao trafegar em ambiente eletrônico. Além disso, os usos de diversas mídias de transporte, registro e reprodução de conteúdo ativam e reativa o debate em torno da propriedade intelectual e do estatuto da propriedade imaterial na sociedade contemporânea. Os dois movimentos que correspondem a essas preocupações planetárias, a serem trabalhados em relatório posterior, são os *Cypherpunks* e o movimento de *Copyfigth*. Os primeiros, segundo a própria definição, “defendem a utilização da criptografia [derivação moderna do grego que designa escrita secreta] e de métodos similares como meio para provocar mudanças sociais e políticas. Criado no início dos anos 1990, o movimento atingiu seu auge durante as ‘criptoguerras’ e após a censura da internet em 2011, na Primavera Árabe” (Assange, 2013: 5). Segundo os próprios integrantes desse movimento, a

atuação pauta-se pelo lema “privacidade para os fracos, transparência para os poderosos” (Idem: 12), e busca, por meios técnicos e pressões políticas, romper códigos secretos de acesso e criar alternativas seguras para pessoas e militantes usarem a rede de computadores. O *Copyfight* é um movimento de oposição à propriedade intelectual e busca escapar da dicotomia *copyright* e *copyleft*, bem como de sua síntese nos *creative commons*. O levantamento do FPCA registrou uma publicação com coletânea de textos no início de 2013 a ser trabalhada em relatórios seguinte (Belisário & Tarin, 2013).

Por fim, registrou-se o grande interesse de produção teórica em torno dessas mobilizações, analisadas por meio dos livros supracitados e publicada na revista do PTE, em seu volume 4. Além desse interesse, como o qual tenta se ativar um neomarxismo que busca sua afirmação no uso crítico da analítica foucaultiana, na América do Norte foram criados grupos de estudos e pesquisas que indicam a fundação de uma nova teoria dos movimentos sociais, como o grupo em torno da revista canadense *Adbuster* (<http://www.adbusters.org/>) e da revista estadunidense *Tidal* (<http://www.occupytheory.org/>). Da mesma maneira aparecem indicações nesse sentido no grupo de afinidade para mídia eletrônica em língua espanhola *Indig-Nación* (<http://www.indig-nacion.org/>), grupo que volta sua produção para a comunidade latina nos EUA, traduzindo artigos, convocações e reportagens para o espanhol.

Quanto às *ciudades resilientes* e *ciudades sustentáveis*, os levantamentos se concentraram em documentos produzidos pela ONU, em especial os voltados para as cidades na América Latina. Além desse material, registrou um documento do governo federal brasileiro, produzido pela SEDEC (Secretaria Nacional da Defesa Civil), “Construindo cidades resilientes: minha cidade está se preparando”, que adota as diretrizes da ONU com o mesmo nome. Embora o termo *cidade resiliente* não seja comum aos Institutos, ONGs e OSCIPS que se dedicam a promoção de *ciudades sustentáveis*, a pesquisa estabeleceu uma relação entre um termo e outro que pode ser resumida na seguinte equação: uma

cidade que é sustentável possui uma *capacidade* resiliente. De maneira que enquanto a sustentabilidade deve ser uma característica da cidade, a resiliência deve ser uma potencialidade.

As duas convergem, na medida em que uma é condição para outra. Elas estabelecem padrões sobre as práticas de como a cidade é governada em termos de serviços, boas práticas de governabilidade com a ampliação da participação, infra-estrutura e respostas rápidas às situações inesperadas. No caso da capacidade resiliente de uma cidade, ela está diretamente ligada aos meios que possui para responder prontamente a um desastre natural ou ao que definido como “calamidade pública”. As duas replicam à capacidade da cidade em gerenciar os riscos, humanos e ambientais. As recomendações encontradas em documentos oficiais podem ser distribuídas da seguinte maneira: formas de transporte alternativo, cuidados com resíduos sólidos, participação efetiva dos cidadãos no planejamento urbano, ampliação da responsividade de prefeituras (capacidade de fiscalização tributária civil), otimização do transporte coletivo, ações na redução da pobreza, urbanização de favelas etc., são práticas que compõem e definem uma cidade sustentável. Tudo isso, colocado como tarefa de ONGs, OSCIPS e Institutos; responsabilidade de governos e prefeituras e dever de cada cidadão, seguindo o frouxo conjunto dos três pilares da sustentabilidade: o ambiental, o econômico e o social. A realização desse conjunto de práticas institui uma conduta comum a governos, associações civis, empresas e cidadãos tornando, finalmente, a cidade que possui essas qualidades, uma cidade resiliente.

A relação entre resiliência e sustentabilidade, no que se refere às pessoas e às cidades, remete à outra exigência da cultura do novo capitalismo (Sennett, 2006), que se refere à flexibilidade. Segundo Sennett, “a palavra flexibilidade entrou na língua inglesa no século XV. Seu sentido derivou, originalmente, da simples observação de que, embora a árvore se dobrasse ao vento, seus galhos sempre voltavam à posição normal. Flexibilidade designa essa capacidade de

ceder e recupera-se da árvore, o teste e a restauração de sua forma. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas” (Sennett, 2001: 53). Para Sennett a flexibilidade conforma um sistema de poder no qual operam reinvenções de instituições, flexibilização da produção e concentração de poder com descentralização. A resiliência esperada das cidades sustentáveis comporta esses três elementos da flexibilização, mas seu efeito nas pessoas, como cidadãos, produtores e consumidores, ultrapassa uma mera disposição flexível. Porque a elasticidade que se supõe numa condição resiliente (Oliveira, 2012) denota uma potencialidade aplicável a qualquer forma, nesse caso, pessoa e/ou cidade; sua capacidade de retorno a uma forma original designa não apenas a adaptabilidade às variáveis, mas uma potencialidade plástica que dobra o sujeito sobre si mesmo, produzindo assujeitamentos; por fim, a definição de resiliência para as cidades como capacidade de respostas aos chamados desastres naturais, sugere, em relação às pessoas, uma resposta positiva aos possíveis traumas, afastando qualquer possibilidade de transformação do sujeito, aconteça o que acontecer.

Outra definição de cidade resiliente diz respeito àquela empenhada em retornar a seu estado de equilíbrio ecológico após intenso processo de urbanização. De maneira que a capacidade de resiliência de uma cidade aumenta na mesma medida em que governos municipais e cidadãos adotam práticas sustentáveis. Em relação ao uso do termo ecologia para efeito da situação das cidades, no interior do sustentável e do resiliente, observa-se uma metamorfose que incorpora e funde o conceito de ecologia urbana, consagrado pela sociologia da Escola de Chicago, com o de ecologia relativo ao meio ambiente. No caso das cidades da América Latina essa fusão do uso do conceito

com implicações na produção de relatórios mundiais, políticas municipais e estratégias empresariais, apresenta maior efetividade e preocupação. De um lado, porque as cidades latino-americanas encontram-se, segundo os rankings planetários, distantes de alcançar a resiliência. Um exemplo é a ranking da *Corporate Knights: the company for clear capitalism*, publicação canadense que está entre as mais conceituadas em sustentabilidade corporativa, que situa apenas Curitiba, capital do estado do Paraná, entre as dez cidades mais resilientes do planeta¹¹. De outro lado, porque, segundo relatório de 2012, da ONU-Habitat, redigido e apresentado por Erik Vittrup, sob o título *Estado das cidades da América Latina e Caribe 2012: rumo a uma nova transição urbana*, as cidades nessa região apresentam maior concentração populacional urbana mesmo com baixa densidade populacional, numa taxa de 80% do total da população vivendo em áreas urbanas. Ao mesmo tempo, esses países possuem os piores indicadores nas áreas de segurança, serviços essenciais (água, tratamento de esgoto e tratamento de resíduos sólidos) e cuidados ambientais.

O principal documento da ONU que estabelece a necessidade das cidades resilientes é *Making Cities Resilient: My City Getting Ready* (Produzindo Cidades resilientes: minha cidade está se preparando), que estabeleceu um plano de uma década, iniciado em 2005, e que entrou em nova fase em 2012, voltada para sensibilização e implementação. Segundo o sumário do documento: “funcionários de governos locais são confrontados com a ameaça de desastres diariamente, e precisam melhorar o acesso às políticas e ferramentas para tratá-los eficazmente. O *Quadro de Ação de Hyogo 2005-2015: Construir a Resiliência para Nações e Comunidades que sofreram Desastres* [da ONU], oferece soluções para governos e atores locais para gerenciar e reduzir o risco urbano. O programa *Reduzindo o Risco Urbano* oferece oportunidades para investimentos de capital por meio das melhorias de infra-estrutura, construindo

¹¹ Cf. <http://www.corporateknights.com/>, consultado em 15/10/2011.

parâmetros de eficiência energética e de segurança, renovação urbana e de energias mais limpas e renováveis, além de urbanização de favelas. Os governos locais são o nível mais próximo do governo dos cidadãos e suas comunidades. Eles atuam no papel principal para responder às crises e emergências. Prestam serviços essenciais aos seus cidadãos, tais como serviços de saúde, educação, transporte e água, que precisam ser resistentes aos desastres”.¹²

Esse argumento, situado em documento oficial da ONU, expõe não apenas a relação entre *cidade resiliente* e *cidade sustentável*, como indica o itinerário dos investimentos, governamentais e de associações e organizações da sociedade civil nas cidades, em especial nas áreas tidas como vulneráveis por apresentar degradação social, ambiental e econômica. As políticas e programas voltados sempre com especial atenção para crianças e jovens constituem-se como amalgama do que pode, num mesmo programa, reunir uma política social, econômica e de segurança. As práticas de sustentabilidade e a capacidade resiliente fazem o papel aglutinador no cuidado com o ambiente urbano, as campanhas sempre de caráter cultural, educativo e formador procuram atingir, antes, a maneira como as pessoas vivem, trabalham e se relacionam nesses lugares. A segurança é tomada como pré-condição para o desenvolvimento social e econômico, sustentável em seus três pilares. Desta maneira, conectam-se pessoas e instituições em diversos níveis por meio de uma cultura que modula resilientemente as condutas moderadas e obedientes em ambientes tido como vulneráveis.

Nesse momento, a formação de um sujeito empreendedor, social e de si, que parte de suas dificuldades e contingentes de sobrevivência aparece como meta e produto da expansão dos negócios sociais. Os institutos que articulam

¹² Em <http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/about>, consultado em 20/01/2013.

essa produção desempenham não apenas um papel de prestadores de serviços e de formação, como também na produção de dados, expostos em relatórios e seminários regulares, que, invariavelmente são financiados por grandes empresas; recebem apoio (por vezes em parceria) de governos e prefeituras e se orientam e justificam sob a regulação de metas e recomendações da ONU. Para exposição dessa articulação o FPCA, acompanhou, na cidade de São Paulo, o *Instituto Polis* e a *Rede Nossa São Paulo*, que complementa e possibilita conexões ao acompanhamento, já apresentado em relatório anterior, do Instituto ETHOS. Os dois primeiros com a produção de relatórios específicos (Ver Área Restrita Relatórios específicos). Um levantamento inicial, relativo à cidade do Rio de Janeiro, da ONG *Rio Como Vamos* já foi iniciado e será apresentado no próximo ano. A articulação dos investimentos em sustentabilidade e governabilidade transparente, democrática e participativa, centrada nas *urbes* da América Latina reúne-se em torno da *Rede Latinoamericana de Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis* (www.cidadessustentaveis.org.br), que no Brasil é coordenada pela *Rede Nossa São Paulo* e o *Instituto ETHOS*, em parceria com a ONU Habitat, o PNUMA e a UNICEF, dentro outros parceiros, e conta com o patrocínio de bancos e empresas de todo planeta e do governo federal brasileiro.

O mapeamento do trânsito dessa produção se complementa com as associações e organizações iniciadas, geridas e sustentadas pelos próprios moradores das áreas que são nomeadas pelos indicadores expostos acima como vulneráveis¹³. Esse mapeamento foi realizado por meio da IC já concluída sobre a CUFA no Rio de Janeiro e pela pesquisa iniciada esse ano sobre a *1DaSul* e *Cooperifa* (ver Área Restrita – Relatórios de iniciação científica). Em seu

¹³ No caso do estado de São Paulo e em relação às chamadas “intervenções culturais”, utiliza-se como referência IVJ (Índice de Vulnerabilidade Juvenil) para localizar as áreas ditas mais carentes. Não se faz referência ao índice nos documentos da *1DaSul* e da *Cooperifa*, mas os locais “necessitados” coincidem com os do mapa produzido pelo IVJ. Como será visto mais adiante, esse indicador, forjado no interior do projeto Fábrica de Cultura, da fundação SEADE, orienta a geografia da instalação de Telecentros pela prefeitura. Sobre o índice e para visualização do mapa de vulnerabilidade juvenil na cidade de São Paulo, consultar: <http://www.seade.gov.br/produtos/ivj/>, último acesso em 20/2/2013.

funcionamento regular, constituem-se em forma de atuação social e política dos cidadãos dessas áreas, ao mesmo tempo, em que se transformam em meio de sobrevivência dos grupos de pessoas que as sustentam. Apesar dos financiamentos e apoios, privados e estatais, que recebem, elas declaram-se autogeridas, em geral se referindo à forma como elas são administradas, o que, nomeando de maneira rigorosa, significa dizer que são sustentáveis do ponto de vista econômico. Assim, promovem por meio de ações culturais o sentido de orgulho pelo lugar e cultura que compartilham, bem como de dignidade apesar da condição em que se encontram. Segundo resultados iniciais, apresentam uma noção de cultura da periferia envolvendo um conjunto simbólico próprio dos membros das camadas populares e os produtos e movimentos artístico-culturais produzidos. Criam condições para uma sobrevivência empreendedora e uma capacidade resiliente de sustentar a condição em que se encontram, produzindo melhorias lentas e graduais do ambiente em que vivem. É preciso indicar que, apesar de tanto investimento, observa-se apenas a ascensão midiática das lideranças que emergem desses meios sem alterar a situação dos demais, produzindo suportabilidade às condições letais da vida de pessoas que habitam essas localidades, como é possível notar, por exemplo, nos dados sobre as mortes causadas por armas de fogo, como mostra o recém publicado *Mapa da Violência no Brasil 2013* (área restrita - Relatórios específicos).

O trânsito com a atuação do Estado foi acompanhado por meio da coleta e sistematização de dados de três programas: a implementação das UPPs no Rio de Janeiro, objeto de IC em desenvolvimento; o plano federal de combate ao crack, *Crack, é possível vencê-lo*, e a formação do CRATOD no estado de São Paulo; os investimentos da fase dois do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) (Área Restrita - Relatórios específicos).

O *Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas* teve início em 20 de maio de 2010. Destaca-se o investimento na expansão dos Consultórios na

Rua, já indicado em relatório anterior, que foram multiplicados e acompanham equipes da rede de assistência social para oferecer ajuda aos chamados dependentes, num tratamento classificado como humanizado. O plano envolve, ainda, a criação de novos Centros de Atenção Psicossocial, Álcool e outras Drogas – CAPS-AD, com horários de atendimento estendidos para 24 horas, todos os dias da semana. Sua regulamentação envolve dois planos federais: *Plano Emergencial do Acesso a Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde (SUS)* — PEAD 2009-2010, instituído pela portaria nº 1190, de 04 de junho de 2009; Plano Integrado de Enfrentamento do Crack e outras Drogas (PIEC), instituído pelo decreto presidencial nº 7179, de 25 de maio de 2010. Indica-se a instalação de 35 *Consultórios de Rua*, em 31 cidades do Brasil. No estado de São Paulo, o chamado enfrentamento passa pela criação de unidades CRATOD (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas), que objetiva coordenar, desenvolver e implementar políticas para o tratamento, prevenção, promoção e formação de recursos humanos resultantes do conhecimento desenvolvido a partir da prática assistencial. A formação do corpo técnico é realizada em parceria com UNIFESP. Este é um serviço da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo que se localiza na região do Parque da Luz, próximo ao centro antigo da cidade, no bairro do Bom Retiro, instituído por meio do decreto nº. 46.860 em 25 de junho de 2002. Essa preocupação com erradicação do crack é acompanhada por uma forte campanha pedagógico-cultural que envolve não apenas o governo e seus parceiros diretos na produção de cartilhas, promoção de palestras, ampliação de cuidados médicos e ações repressivas, mas também pela mídia televisiva, em canais abertos e fechados, e imprensa, jornais e revistas, que produzem regularmente reportagens especiais sobre o assunto. Essa preocupação tem como tema central a polêmica entre as internações compulsórias e/ou voluntárias/involuntárias de pessoas consideradas em estado crítico de adicção. No entanto, é por meio desse mote inicial que se produz uma constelação de controles em favor da produção de

uma gestão urbana que atinja desde assistências médicas e sociais aos *vulneráveis* até o planejamento urbano em favor do que se nomeia como revitalização do centro histórico da cidade.

Mais uma vez, a via do investimento cultural pelos governos locais ganha destaque em contraste com as ações de investimento para desenvolvimento econômico e assistência social. Essa via de ação, que também combina política social, de segurança e econômica, visa capitalizar os potenciais turísticos e de produção cultural como uma forma de modificar o ambiente urbano, modular as condutas de pessoas, fundações e empresas e, assim, atingir indiretamente, e por meio de programas de fomento e parcerias público-privadas o fim desejado da revitalização e valorização do espaço urbano. No caso de São Paulo, além de institutos como o *ETHOS*, a *Rede Nossa São Paulo* e o *Polis* (com seus diversos apoiadores, financiadores e parceiros menos expressivos) as relações entre governo estadual e municipal voltadas ao combate das chamadas cracolândias constituem uma expressão interessante dessa forma de governo das cidades. Não é objetivo desse relatório esgotar a história dessas ações governamentais, tampouco remontar o que seria a “evolução” dessas políticas, antes chamadas de intervenções urbanas, hoje nomeadas como programas de revitalização urbana. Recorta-se apenas o problema-crack/pessoas em situação de rua/revitalização do centro histórico, como meio descrever as práticas de governos que configuram as cidades como *campo de concentração a céu aberto*.

O crescimento das preocupações em torno das cracolândias recebeu, inicialmente, uma resposta governamental assistencial-repressiva com o *Projeto Nova Luz*, iniciado em 2005, pela parceria dos governos estadual e municipal. Do lado do governo do estado, cabiam as preocupações com o sistema de transporte ferroviário, isenções de impostos para instalação de empresas e comércios locais e manutenção dos equipamentos culturais da região. Do lado do governo municipal, cabiam os cuidados com limpeza e iluminação,

segurança patrimonial (GCMs) e cuidado com vias e praças, além de uma gestão eficiente do trânsito e transporte coletivo viário e fiscalização de ocupação imobiliária. Entre uma responsabilidade e outra, situava-se o problema: o que fazer com moradias irregulares, população em situação de rua e consumidores de crack? Acreditava-se que com o desenvolvimento econômico da região e a qualificação dos espaços urbanos se expulsaria “naturalmente” esse contingente de indesejados. Como isso não ocorreu, partiu-se, no início de 2011, para uma operação conjunta entre Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana (GCM) e Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde para recolhimento e tratamento de dependentes e eventuais prisões de traficantes. Isso se repetiu no início de 2012. Constou-se o fracasso do *Projeto Nova Luz*.

As críticas ao modo de atuação repressiva contra os habitantes da cracolândia e a polêmica sobre se as internações deveriam ser compulsórias e/ou voluntárias-involuntárias preencheram as reportagens e sessões de opinião da mídia impressa e televisa. A mudança da gestão municipal, no início de 2012, abriu caminho para que o fracasso inicial recebesse uma nova resposta. O novo prefeito, Fernando Haddad, empossado em janeiro de 2013, declarou o fim do *Projeto Nova Luz* e anunciou um programa de parcerias público-privadas para atuação na região. Simultaneamente, o governo do estado também admitiu erros na execução de suas atribuições e o secretário da cultura declarou prioridade aos investimentos para ampliação do pólo cultural da região, que já possui uma série de equipamentos, lançando um novo projeto nomeado de *Complexo Cultural da Luz*¹⁴. No interior do *Projeto Nova Luz*, o complexo consiste na construção de grande prédio que aglutinará atividades culturais no centro do que se conhece como cracolândia. “O edifício proposto para abrigar o Complexo Cultural da Luz não possui fachada. A estrutura horizontal, com

¹⁴ Ver <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=218133>, consultado em 20/2/2012.

altura média de 23 metros, é dividida em quatro andares. Vai ocupar todo o quarteirão localizado entre a Praça Júlio Prestes e a Avenida Rio Branco, com as laterais para a Avenida Duque de Caxias e Rua Helvétia”¹⁵. De parte da prefeitura, criou-se — não exclusivamente para esses fins — um conselho especial com diversos representantes da chamada sociedade civil organizada, contanto com variados presidentes/gerentes dos institutos acompanhados pela pesquisa, mas também figuras que vão do Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, ao cantor de rap Mano Brown, líder dos Racionais MCS.

Essa breve descrição da conduta institucional da prefeitura e do governo do estado de São Paulo, objetiva expor os trânsitos em torno das parcerias que se voltam para solucionar os chamados problemas urbanos, sejam relativos à periferia, sejam relativos às revitalizações de áreas das cidades, em especial seus centros históricos. Destaque-se, aqui, a importância dos investimentos culturais, também chamados de investimentos na indústria criativa, que atravessam governos e negócios sociais de empresas, fundações e institutos. Nesse ponto o fracasso, seja de uma pessoa seja um projeto ou programa, mostra-se como importante tecnologia governo nos *campos de concentração a céu aberto*. O fracasso de um programa opera uma positividade na instalação de variados controles quando exige sua ampla discussão, vias de participação dos interessados e necessidade de reformulação ou adequação. Como na meta de erradicação do crack e/ou revitalização do centro pelo fim das cracolândias, o fracasso dos programas iniciais leva à constituição de mais e outros programas até que outro problema tome o centro da arena de governo. O mesmo ocorre com o fracasso pessoal de um morador de periferia ou usuário de crack e, portanto, recomenda-se que diante da frustração é preciso sensibilidade para identificar o problema e agir para superá-lo. Assim, mais uma vez, se inscreve a série indignação-participação responsável-autonomia, formando um arco no qual a

¹⁵ Em <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=218129>, consultado em 21/3/2012.

busca pela autonomia promove a reinserção no jogo do governo das condutas, promovendo ajustes circulares e potencialmente infinitos.

O PAC foi criado como resposta e complementação a outros projetos de planejamento e investimento econômico estatal em infraestrutura remanescentes da administração federal anterior ao governo empossado em 2002. A meta, no entanto, permanece pouco modificada, trata-se de um plano que substitui o PPI (Projeto Piloto de Investimentos), que devido à ação do governo federal durante o ano de 2006, propondo a alteração da Lei Orçamentária do ano de 2007, recebe aumento dos recursos a serem destinados para fins de estímulo do crescimento econômico. O objetivo é o de implementar o conjunto de medidas previstas no PAC destinando ao antigo PPI, além dos 0,2% do PIB, mais 0,3% do mesmo índice econômico, totalizando 0,5% do PIB brasileiro, caracterizando o aumento de 150% ao montante fixado anteriormente. A primeira fase do PAC iniciou-se em 2007, sofrendo reformulação em 2009, criando o PAC 2. Para fins do mapeamento exposto neste relatório, destacam-se dois pontos entre os diversos focos de investimento do plano federal: o *PAC Cidade Melhor* e o *PAC Comunidade Cidadã*. O *PAC Cidade Melhor* canaliza investimentos em quatro eixos: saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana e pavimentação. Os recursos captados para esses fins visam melhorar o tratamento de esgoto e resíduos sólidos. Envolvem, também, investimentos em transportes públicos (metrô e corredores de ônibus urbano), a pavimentação de vias, controle de enchentes e inundações e contenção de encostas em áreas de risco. O *PAC Comunidade Cidadã* indica como meta investir recursos em serviços que proporcionam o bem-estar da população, aumentando a eficiência no atendimento de demandas proclamadas como básicas, em especial nas áreas de saúde, educação e consumo cultural e de entretenimento. Desta maneira, destina-se, também, para as UPA (Unidades de Pronto Atendimento) e UBS (Unidades Básicas de Saúde). Os recursos, aplicados diretamente ou repassados para governos e municípios, também

prevêm a construção de creches e pré-escolas, quadras esportivas e praças, além de equipamentos sociais como cineteatro, telecentros, pistas de skates, ginásios esportivos, bibliotecas, anfiteatros e espaços para a terceira-idade. Por fim, é do *PAC Comunidade Cidadã* que saem os recursos para construção dos postos de polícia comunitária e das UPPs. Em termos mais gerais, declara-se como objetivos do PAC 2 a criação de medidas institucionais e econômicas para o crescimento do país como estímulo ao crédito pessoal e financiamento de pequenos negócios, melhorias no ambiente de investimento, desoneração e administração tributária, medidas fiscais de longo prazo e, por fim, consistência fiscal para governos e municípios.

Os programas de UPP e UPP Social, na cidade do Rio de Janeiro, também expõem práticas do funcionamento da cidade como campos de concentração a céu aberto. O material levantado e sistematizado no interior das pesquisas do FPCA reitera, em práticas variadas a tecnologia de governo na cidade como campos de concentração a céu aberto. Hoje as UPP totalizam 30 unidades em funcionamento, das 40 projetadas até 2014, ano de realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. O site de divulgação e prestação de contas do projeto foi totalmente reformulado, além de contar com a parceria/monitoramento da OSCIP *Rio, como vamos*, que conforme já indicado acima será objeto de estudo mais detalhado no próximo relatório. O site possui farto material estatístico, iconográfico e georeferenciado da presença e funcionamento das UPPs¹⁶. Destaca-se, nesse funcionamento, o Decreto-Lei 42.787/2011, que institui o CPP (Coordenadoria de Polícia Pacificadora). Essa coordenadoria pretende encontrar uma “forma de gestão” eficiente e efetiva para se chegar à pacificação “sem necessariamente ter de reproduzir a gestão tradicionalmente militar”. Para atingir seu objetivo, a CPP se estrutura a partir de uma Coordenadoria Geral subdividida em quatro coordenadorias setoriais, sendo elas: administrativa, operacional, de informação e de ensino e pesquisa.

¹⁶ http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/penalizacao_a_ceu_aberto/penalizacao.html

Na perspectiva da CPP, o Programa das UPPs é um *modelo de pacificação* compartilhado e também compartilhável que mobiliza a sociedade e toca os “céticos com emoção”, sem ser arbitrário — pois precisa respeitar aqueles que vão ajudar na construção de uma rede solidária em prol de uma *segurança cidadã* —, procura a criatividade e flexibilidade para poder “aprender com as diferenças, respeitando-se o saber local”.

Essa coordenadoria é responsável por articular uma série de implementações relativas tanto à UPP (sob comando do governo estadual e da prefeitura do Rio de Janeiro), quanto da UPP Social (sob comando da prefeitura e coordenação do Instituto Pereira Passos). Dentre elas estão os primeiros programas de monitoramento remoto e instalação de câmeras nas favelas, em parceria com empresas como a *Google* e o projeto *Wikimapa*, que fornece Smartphones para jovens dispostos a fazer o mapeamento eletrônico da área em que vivem. Além dos cursos relativos às mais diversas atividades realizadas por meio de parcerias com empresas focadas em seus negócios sociais. Destaca-se o Baile de Debutante patrocinado pela empresa de cosméticos *O Boticário*, realizado com policiais da UPP local e os programas voltados para crianças com a ajuda de cartilhas, como a produzida pelo cartunista Ziraldo. Essas ações fazem parte de um projeto da UPP Social que declara ser preciso criar a nova geração a partir de uma nova perspectiva: da polícia como cidadão de bem, que cumpre seus deveres e respeita o Direito, assim como cada criança e jovem deve ser para ter um futuro feliz e viver em paz. Pelo funcionamento das UPPs explicita-se a formação de cidadãos interessados em segurança (como condição da existência), respeito/responsabilidade (leia-se obediência às diversas autoridades locais) e dignidade (condições materiais mínimas de consumo e subsistência para sobrevivência). São negócios sociais e parcerias público-privadas que combinam ações empreendedoras com novas tecnologias, expandindo os governos compartilhados entre cidadãos, empresas e governabilidade institucionalizada pela representação.

É partir das políticas de desenvolvimento e assistência, com ênfase nas ações culturais como no caso de São Paulo, e das políticas de segurança pública, como no caso do Rio de Janeiro, mais a expansão dos negócios sociais que é possível ensaiarmos uma primeira definição descritiva dos *campos de concentração a céu aberto*. A ênfase encontrada até aqui recaiu nos investimentos em espaço urbano, desde investimentos culturais até a formação de cidades sustentáveis e resilientes que constituem no interior da série indignação-participação responsável-autonomia, o duplo articulador dessa tecnologia, segundo as indicações metodológicas apresentadas na abertura do relatório.

O *campo de concentração a céu aberto* é mais uma disposição que um dispositivo. Configura-se como uma tecnologia de governo. Nesse sentido, transita-se em dois sentidos: de um lado, são maneiras como as coisas e pessoas estão dispostas na *urbe*, distribuindo, modularmente, funções (não reduzida às atividades produtivas, mas abrangendo atividades variadas) de pessoas e funcionalidades de dispositivos; de outro lado, a disposição que cada um demonstra em participar, de maneira responsável, das atividades de governo, da maneira como as coisas estão dispostas e dos cuidados com as próprias condutas e as dos outros em seu entorno geográfico e/ou afetivo. Nestes dois sentidos, vê-se a conformação de uma prática e de um processo de subjetivação orientado pela série indignação-participação responsável-autonomia. Esse conjunto de práticas e formas de subjetivação é o que aparece, nos resultados de pesquisa do FPCA, por meio da noção analítica de *polícia da vida*, para além de uma já sedimentada conduta de exercício policial da cidadania. Polícia entendida em sua formulação genealógica pelas práticas da governamentalidade procedentes do liberalismo do século XVIII, como mostrou Foucault em *Segurança, território, população* (2008a), com o dispositivo policial de governo. Difere deste, por dizer respeito à própria forma política da vida nas democracias contemporâneas que não se orienta pela ocupação do lugares de direção governamental, seja no Estado ou fora dele, mas pela disputa

competitiva pela eficiência das ações e capacidade modular de responder aos fracassos, demandas e reclames. No sentido do funcionamento dos dispositivos que a compõem, a capacidade de preenchimento estratégico que um dispositivo tem em responder a uma urgência. Essa disputa se dá em todos os campos, do governo do Estado ao projeto cultural do sarau periférico; da reunião oficial da ONU à cúpula alternativa ou movimentos de contestação espetaculares. Por isso a forma democrática lhe cai bem como configuração política formal e/ou forma de administração das relações de ocupação. Nesse sentido, *polícia da vida* é a noção-chave para o funcionamento da tecnologia de governo nos *campos de concentração a céu aberto*. Se a governamentalidade colonizou saberes da economia política que permitiram a operacionalização dos cuidados com a saúde da população para o esplendor do Estado por meio da polícia, não reduzida à sua função repressiva, como dispositivo de segurança e seguridade, a resposta liberal-conservadora contemporânea à crítica da economia política leva, como mostrou Foucault em *O nascimento da biopolítica* (2008b), a um novo dispositivo policial (em conformidade com o dispositivo diplomático-policial situado pelo Fluxo Segurança) como funcionalidade do governo de sociedade, provocando modulações de políticas que são, simultaneamente, sociais, econômicas e de segurança. Nesse sentido, práticas como as dos negócios sociais, em seu hibridismo e elasticidade, e investimentos governamentais público-privados voltadas para configuração da *urbe*, orientados por recomendações e índices transterritoriais, operam, não um processo contínuo de subjetivação e dessubjetivação (uma exclusão inclusiva) no escopo de um governo econômico que produz a glorificação da máquina governamental, como descreve Agamben (2011), mas produção intensificada de subjetividades de um indivíduo resiliente que retorna sempre à forma que deve ser a sua primeira, a saber, a *vida polícia*. Assim, cumpre-se o itinerário democrático de indignação-participação responsável-autonomia. Cabe ressaltar que se trata de uma tecnologia de governo que diz respeito não apenas aos viventes, mas

também ao que poderíamos chamar de não-viventes como empresas, partidos e governos, dando forma ao pastorado contemporâneo (no qual todos são pastores e pastorados) e explicitando sua vinculação imediata ao governo político-cultural das condutas, não confundido a produção subjetiva da vida política com qualquer conteúdo psicanalítico-estrutural e expondo o esgarçamento histórico das tecnologias disciplinares e biopolíticas¹⁷.

Se as pesquisas históricas, o material videográfico e a literatura dão nota que os campos de concentração nazistas, assim como os guetos e campos de extermínio, também funcionavam a céu aberto, a diferença entre eles também pode ser descrita por meio de sua disposição geográfica e geométrica. Enquanto os campos da II Guerra Mundial formaram-se em cruz, como gráfico de dupla entrada, horizontal e vertical, os *campos de concentração a céu aberto* perfilam uma abóboda. Um arco que recobre a circulação regulada de bens e pessoas, vida das pontes que conecta manos e jovens universitários, trabalhadores do tráfico e agentes do Estado. Ele diz respeito à ecopolítica, na medida em que seu raio semi-circular descreve o pêndulo que inclui tudo desigualmente e joga com o desejo de dignidade e liberdade como autonomia de cada um, do usuário de crack ao ativista engajado nas questões planetárias.

Essa disposição é o que expressa o sentido ecopolítico dessa tecnologia de governo: inclui e monitora, não aparta e divide como nas tecnologias disciplinares e de biopolítica. A tecnologia dos campos de concentração a céu aberto é fluída e dual, borra a divisão dentro/fora. Enquanto nos guetos e campos nazistas estava em jogo separar um contingente do convívio por meio de uma intervenção exterior, produzindo, quando muito um sobrevivente

¹⁷ Essa observação volta-se ao esclarecimento de equívocos de interpretações terceirizadas feitas em relação das noções de Foucault sobre biopolítica e dispositivo a partir da inventiva interpretação de Agamben. A mais evidente leva Žižek (2012), a associar Foucault, Althusser e Lacan em uma interpretação hegeliana que faz do dispositivo a matriz da governamentalidade e de sua disseminação algo como uma constelação biopolítica que apanha o cidadão “dessubjetivado e inofensivo das democracias pós-industriais” (Idem: 303-307), enfim um dilema a ser equacionado pelo implante da verdadeira consciência.

incapaz de testemunho, nos *campos de concentração a céu aberto* as práticas divisórias de convívio são internas, o entra e sai dos lugares é o próprio funcionamento pelo monitoramento da circulação, produzindo ao invés do testemunho, o relatado, a narrativa (ver Relatório Ecopolítica 2011-2012), nesse sentido a literatura de periferia e as letras de rap são exemplares. A sobrevivência nos campos de concentração a céu a aberto não produz culpa e/ou vergonha, como aponta Levi (1988) sobre a literatura de testemunho. Ao contrário, tem-se uma sobrevivência positivada e capitalizada no jogo dos governos, da mesma maneira que o fracasso é positivado em relação aos programas de negócios sociais. O testemunho terrifica e questiona “é isto um homem?”, o relato informa, reitera, protesta, expressa indignação, reconhece responsabilidades, reclama por autonomia, acusa, sustenta e pede penalizações. Produz assim, a verdade necessária para produção de governos e administração dos espaços que o sobrevivente nunca abandona. Pois a sobrevivência, meios à produção cultural e de entretenimento associada aos negócios sociais, vira a propriedade capitalizável dos despossuídos no jogo de governo dos investimentos em capital humano.

Nesse sentido, a relação dessa tecnologia de governo dos campos de concentração a céu aberto com as novas tecnologias computo-informacionais é da ordem da amplificação, a de possibilidade da produção de uma voz para esse relato que alcance seus semelhantes. Enquanto os campos nazistas produziram expuseram a existência do mulçumano, incapaz de fala, para o qual a testemunha está impossibilitada de falar em seu nome, os *campos de concentração a céu aberto* produzem os assujeitados satisfeitos, que vêem em seu relator-representante o porta voz de suas misérias e a via pelo qual ele mesmo participa, sentindo-se parte e satisfeito porque integrado e participativo. A voz da periferia, não é mais “a voz do morro”. Ela anuncia a convocação à qual todos respondem positivamente. Se sentindo parte e participando, ele cuida das atividades e do lugar em que vive, tornando-se, então, policial que zela por

uma moral mínima das relações em lugar tomado como vulnerável, para o qual se investe em contenção da *degradação*. Assim, amam-se as figuras que simulam uma cultura do gueto nas mídias ou mesmo na ocupação de cargos de direção política. Dignos, orgulhosos e organizados seguem amando e buscando suas melhorias e sonhos de autonomias.

É diante dessa caracterização traçada que as pesquisas do FPCA buscará, no próximo ano, reunir e sistematizar elementos dessa cultura do relato indignado, satisfeito resignado com suas expressões culturais. Diante disso, o movimento dedicado às resistências procurará indicações de uma cultura libertária que opere uma recusa, um confronto, aos relatos reiterativos dos campos de concentração a céu aberto e dos reclames indignados.